ATA Nº 14/2020

Reunião Ordinária de

29 de setembro de 2020

Ao **vigésimo nono dia** do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte**, no salão nobre da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia, sito na Praça D. Lourenço Vicente n.º 1, Lourinhã, realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, uma sessão **Ordinária da Assembleia de Freguesia**, convocada pelo seu Presidente, a pedido da Junta da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia, de acordo com o disposto no artigo nono do Regimento da Assembleia de Freguesia.

Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia:
Vítor Miguel Mota Cruz, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, **Maria da Graça Silva Santos Guerra** e **Ludgero Fernando Caetano Lourenço** na qualidade de 1º e 2º secretário, respetivamente, **Maria da Conceição Almeida Moniz de Figueiredo, Pedro Noivo Leitão, Rosália Maria Mendes Rolim Gomes, João Carlos da Cruz Pereira, Jorge Humberto de Sousa Costa, Ana Mafalda de Taborda Costa Lourenço, Joel Quintino Neto Gonçalves, João Damião Mendes, Helena Isabel Almeida Vicente Martins** e **Pedro Eduardo Perdigão Simões Silva**.

Estiveram ainda presentes os membros da Junta da Freguesia:
Pedro Margarido, Presidente; **Fernando Ferreira**, Secretário; **Augusto Henriques**, Tesoureiro e os Vogais **Maria Matos e Octávio Perluxo**.

O Presidente da Mesa da Assembleia Vítor Mota, abriu a sessão e fez a leitura da convocatória, com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto um - Informação escrita do Presidente;

Ponto dois - Outros assuntos de interesse para a freguesia.

O Presidente da Mesa Vitor Mota passou à votação das duas atas das últimas sessões da Assembleia de Freguesia, realizadas no mesmo dia, enviada para todos os membros antecipadamente, sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes**.
O Presidente da Mesa da Assembleia Vítor Mota, perguntou aos membros da Assembleia se desejavam usar da palavra antes da Ordem do Dia. Havendo inscrições deu início ao período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Membro da Assembleia Pedro Silva pediu esclarecimentos sobre os resumos semanais de tesouraria inscritos nas atas da Junta da Freguesia. Questionou também sobre o comunicado da SPA – Sociedade Portuguesa de Autores – inscrita na Ata da Junta de Freguesia, n.º 18/2020 e sobre a resposta das Infraestruturas de Portugal – Estradas de Portugal à Junta de Freguesia, constante na Ata n.º 14/2020 deste órgão.

A Membro da Assembleia Conceição Moniz propôs um voto de louvor ao Executivo e aos Funcionários da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia pelo desempenho, dedicação, auxílio e na procura de soluções e ajudas à população da Freguesia durante e após o período de confinamento.
A Membro da Assembleia Mafalda Taborda congratulou a Junta de Freguesia relativamente ao edital e à forma como a reunião da Assembleia está a decorrer e que esta Junta de Freguesia é, como sempre, percussora e inovadora e dá nota do seu agrado e enaltece pelo que está a ser concretizado nesta reunião que é um sistema misto presencial, com abertura ao público embora com lugares limitados e com gravação audiovisual havendo a possibilidade das pessoas colocarem as suas questões antecipadamente por via eletrónica ao contrário da Assembleia Municipal e, por exemplo, da Assembleia de Freguesia de Miragaia e Marteleira cujos os editais eram omissos relativamente à participação do público, relatando que tendo-se deslocado a esta última não pôde participar porque a democracia continua a estar suspensa,. Relativamente ao voto de louvor, proposto pela Membro da Assembleia Conceição Moniz, pede que seja registado em ata o seu reconhecimento pelo mérito e empenho no trabalho da Junta de Freguesia durante o confinamento, mas que não votará favoravelmente porque não concorda em dar votos de louvor por fazerem o seu trabalho e que estes louvores implicam outro tipo de entrega e de funções que não são as renumeradas.
O Presidente da Junta de Freguesia Pedro Margarido começou por agradecer a presença de todos e respondeu ao Membro da Assembleia Pedro Silva que os resumos semanais de tesouraria refletem o movimento diário de receitas e despesas de caixa. Sobre a comunicação da SPA – Sociedade Portuguesa de Autores – era sobre contratos firmados para 2020 entre a Junta de Freguesia e os agentes culturais, músicos e ou artistas, para realizar neste ano o pagamento de cinquenta por cento do valor estipulado e pagar o direito de autores correspondente à atividade contratada. O Presidente esclareceu que esta comunicação advém dos diversos eventos já realizados em que houve o pagamento de taxa a esta entidade e que a Junta de Freguesia não realizou para 2020 contratos com quaisquer agentes culturais. Sobre a resposta das Infraestruturas de Portugal disse que esta foi distribuída aos Membros da Assembleia na última reunião deste órgão. Disse ainda que esteve numa reunião de preparação das obras de reparação da Estrada Nacional 8-2 e que já começaram a fazer as marcações para iniciar as obras a 01 de outubro. Disse ainda que a mesma empresa que vai realizar estas obras irá reparar os abatimentos na Estrada Nacional 247. Relativamente à intervenção da Membro da Assembleia Mafalda Taborda disse que a Junta de Freguesia evidencia todos os esforços para que as pessoas possam participar nas reuniões da Assembleia desde que, durante este período excecional, haja condições de segurança e controlo com vista a prevenir a saúde de todos os participantes.
O Membro da Assembleia Joel Quintino pediu a palavra para questionar o executivo se a Estrada 247-1, que vai do Alto Veríssimo ao Bombarral, passando pela localidade Abelheira é Nacional ou Municipal, porque desde o cruzamento do Alto Veríssimo até ao princípio da Abelheira o piso está em más condições.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu que esta estrada foi desqualificada para Municipal há cerca de 10 anos e que vai desde do início da localidade da Abelheira até ao

limite do Concelho da Lourinhã. O troço mencionado pelo Membro da Assembleia é da responsabilidade do Município de Peniche.
O Presidente da Mesa Vitor Mota colocou à votação dos Membros da Assembleia a inclusão na Ordem do Dia da proposta de Voto de Louvor à Junta de Freguesia pelo seu trabalho durante o período de confinamento. A inclusão foi aprovada por maioria com o voto contra do Membro da Assembleia Mafalda Taborda e as abstenções dos Membros João Damião e Helena Martins.
Não havendo mais pedidos de intervenção o Presidente da Mesa Vitor Mota deu início ao Período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Ponto um - Informação escrita do Presidente
O Presidente da Mesa da Assembleia Vítor Mota convidou o Presidente da Junta Pedro Margarido a se pronunciar sobre a informação escrita do Presidente.
O Presidente da Junta Pedro Margarido disse que esta informação não sendo muito extensa é um resumo das principais atividades da Junta de Freguesia nas várias áreas desde da última reunião da Assembleia de Freguesia até à presente data. Sobre a **área da Educação** relatou que o ano letivo 2020/2021 iniciou-se com aulas presenciais e dentro do programado embora tenha havido alguns problemas relativo aos horários dos autocarros. Tem conhecimento que já houve algumas correções, mas que ainda existem problemas pontuais a corrigir. Disse também que estava preocupado com os constrangimentos de trânsito junto da Escola Dr. João das Regras por causa da tomada e largada de alunos em carros particulares e que já deu nota da sua preocupação ao executivo Municipal. Ainda relativamente à educação quer realçar positivamente o aumento de números de alunos na escola básica de Atalaia, com todas as salas a funcionar sendo que duas delas foram alvos de melhoramentos realizados em conjunto com a Câmara Municipal e que no presente estão a realizar a adaptação de um alpendre em espaço fechado para aí instalar a biblioteca e uma sala de atividades. Deu ainda nota da realização de manutenção e limpezas nas escolas da Freguesia e das medidas de prevenção e proteção implementadas devido à pandemia COVID-19.
O Presidente da Mesa Vitor Mota perguntou se há e se o executivo tem conhecimento dos planos de contingência nas escolas da Freguesia.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu que a Junta de Freguesia não participou na elaboração de planos de contingência sendo esta uma responsabilidade dos agrupamentos em sintonia com a Câmara Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil. Deu nota também que a Câmara Municipal contratou este ano uma empresa para realizar diariamente a desinfeção de todas as salas de aulas das escolas do Concelho após o término das atividades letivas. Disse ainda que a Câmara Municipal já o informou que em 2021 o fornecimento de material de limpeza e desinfeção às escolas da Freguesia será realizado pelo Município.
O Membro da Assembleia Mafalda Taborda pediu esclarecimentos sobre se no próximo ano, no âmbito dos protocolos de delegação de competências, é a Câmara Municipal que

indica à Junta de Freguesia quais as marcas e produtos que deve adquirir para fornecer às escolas.
O Presidente da Junta Pedro Margarido esclareceu que em 2021 não vai haver protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesias para fornecimento destes produtos às escolas. Não havendo pedido de esclarecimentos passou à **área de Desporto, Cultura e Tempos Livres** elencado algumas atividades mais relevantes. Deu nota que tem cedido o salão nobre para reuniões de associações da Freguesia, com a participação em grupos reduzidos e a adoção das medidas de segurança e distanciamento social. Sobre a **área de Salubridade e Ambiente,** disse que relativamente à manutenção da ciclovia está em dialogo com a Câmara Municipal para mais transferências de verbas porque as estruturas de vedação em madeira estão a ficar degradas e vai ser necessário um investimento maior para realizar a sua manutenção, assim como tem havido mais situações de vandalismo sendo necessário repor a vedação danificada com custos elevados. Fez referência ao aumento da frequência da limpeza dos areais da Praia da Areia Branca Sul, da Praia do Areal e da Praia da Peralta com o apoio no combustível por parte da Câmara Municipal e abordou o reforço da limpeza e desinfeção dos balneários das praias do Concelho com a contratação pelo Município da Lourinhã de uma empresa esta época balnear. Na área do **Apoio Social** fez nota da recolha de mobília usada para doação, da distribuição de bens alimentares, nomeadamente batata doce e de alguma roupa para distribuir a famílias carenciadas. Deu nota do seu desagrado, por todos os Presidentes das Juntas do Concelho não terem informação relativa a pessoas infetadas com COVID-19 nas suas Freguesias e muitas vezes só sabem quando é necessário dar-lhes apoio quer em termos de alimentação quer na entrega de medicamentos. Sobre a área de **Comunicação e Transporte** falou sobre a repintura de passadeiras, sobre a intervenção na zona sul da Rua Almirante Reis em parceira com a Câmara Municipal em que ainda falta realizar o arranjo urbanístico na Avenida de Angola e executar a rampa entre a escola de condução e a antiga escola Dr. João das Regras e falou sobre a colaboração com a Câmara Municipal no alcatroamento da Estrada da Cabaceira e ao pé da Igreja na localidade de Atalaia. Sobre a área **da Administração Geral** fez referência à colocação de um contentor, pertença da União das Freguesias, ao pé das instalações do Centro de Saúde para apoio ao Serviço Municipal de Proteção Civil da Lourinhã e aos serviços do Centro de Saúde da Lourinhã.
A Membro da Assembleia Mafalda Taborda faz boa nota da colaboração da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal no asfaltamento da Rua Almirante Reis e no asfaltamento da Rua Machado Santos e, no seguimento desta obras, questiona sobre as conclusões das reuniões sobre o PAMU – Plano de Acessibilidade e Mobilidade Urbana - na Lourinhã sendo que as referidas obras são exemplificativas de uma preocupação sua que é a falta de planeamento urbanístico, visto também que ainda não existem planos para os edifícios da antiga escola Dr. João das Regras. Relata que no seu entender o arranjo urbanístico na Rua Almirante Reis foi mal planeado do ponto de vista da mobilidade e que na sua opinião há uma passadeira que não oferece segurança para os peões. Fez ainda várias considerações sobre esta obra elencado alguns custos adicionais que terão de realizados para concluir a mesma. Falou também sobre a época balnear realçando que mais uma vez houve necessidade de proceder à abertura da Foz do Rio Grande, em plena época balnear, que é lamentável e questionou sobre o ponto da situação da Praia da Peralta. Perguntou

ainda que outras iniciativas são do conhecimento do Presidente da Junta para promover a costa e as praias da Freguesia.
O Presidente da Junta Pedro Margarido esclareceu que a decisão de realizar as intervenções na Rua Almirante Reis e na Rua de Angola em duas fases distintas foi tomada de forma a poder permitir o estacionamento naquela zona e assim minimizar os constrangimentos para os comerciantes e para os residentes. Sobre os planos PAMU e PARU disse que convidou o Vereador responsável da Câmara Municipal a apresentar os planos candidatáveis e candidatados aos membros da Assembleia de Freguesia, nas instalações da Junta de Freguesia. Relativamente à época balnear, também gostaria que não houvesse necessidade de abrir a Foz, mas era necessário porque a bacia de retenção já estava no limite visto que, na altura, os agricultores deixaram durante algum tempo de aproveitar a água do rio. Sobre a situação da Praia da Peralta é também uma grande preocupação da Junta de Freguesia devido a esta ser a concessionária da praia e em que existe uma grande dificuldade em arranjar nadadores-salvadores. Disse que tem conhecimento que já foram realizados os estudos geológicos às arribas e que agora estão em análise para aprovação pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Quando for aprovada, a concessão passará para a gerência do estabelecimento ali existente. A Praia da Peralta é uma praia de excelência e só não tem a bandeira azul devido da situação de não ter o apoio de praia devidamente legalizado.
O Membro da Assembleia Mafalda Taborda interveio para clarificar que gostaria era que não fosse necessário fechar a Foz do Rio Grande, sinal que este rio estava despoluído. Na sua opinião o que realmente era importante era resolver a situação de poluição do rio para que se pudesse usufruir da praia em segurança durante todo o ano.
O Presidente da Junta Pedro Margarido pediu a palavra para dizer que compreende a preocupação da Membro da Assembleia Mafalda Taborda e que é a preocupação da Junta de Freguesia e que vai averiguar as datas de recolha de amostras das águas balneares para atribuição da Bandeira Azul porque julga que a APA, entidade responsável, não faz a recolha só quando a Foz do Rio Grande está fechada.
O Membro da Assembleia Pedro Leitão pediu a palavra para abordar a sinalização nas aldeias. No seu entender a Junta de Freguesia devia deslocar-se às aldeias juntamente com os responsáveis do Serviço de Proteção Civil Municipal para fazer o levantamento do estado e das faltas de sinalização.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu que o membro Pedro Leitão tem razão em algumas situações, mas que já existe um levantamento das faltas de sinalização e disse ainda que está a aguardar o fornecimento de alguns sinais já pedidos para colocação. Disse também que é difícil dentro das aldeias com muitos cruzamentos e entradas e saídas de propriedades colocar sinais em todos estes locais, mas que a Junta de Freguesia em colaboração com a Câmara Municipal vai continuar a melhorar e a substituir a sinalização degradada nas aldeias com a adoção, principalmente junto à costa, de outros materiais como o alumínio.
Não havendo mais pedidos de esclarecimentos ou de intervenção nem lugar a votação o Presidente da Mesa Vitor Mota passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

Ponto extraordinário – Proposta "Voto de Louvor ao Executivo e Funcionários da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia pelo trabalho, dedicação, empenho e apoio à população durante e após o período de confinamento derivado das medidas de combate e prevenção à pandemia COVID-19 em 2020"

O Presidente da Mesa Vitor Mota colocou à votação o "Voto de Louvor ao Executivo e Funcionários da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia pelo trabalho, dedicação, empenho e apoio à população durante e após o período de confinamento derivado das medidas de combate e prevenção à pandemia COVID-19 em 2020". O Voto de Louvor foi **aprovado por maioria com 2 abstenções** dos Membros da Assembleia Mafalda Taborda e João Damião e sem a presença da Membro da Assembleia Helena Martins que se ausentou da reunião.

Ponto dois - Outros assuntos de interesse para a freguesia.

O Presidente da Mesa Vitor Mota questionou se o Presidente da Junta desejava tomar a palavra e convidou os Membros da Assembleia a se inscreverem para intervir neste ponto.
O Presidente da Junta Pedro Margarido relatou o litígio entre a população e o proprietário dos terrenos referente ao carreiro da Rua 8 de Dezembro, na localidade de Atalaia. Disse que das várias reuniões tanto com os populares quer com o proprietário não foi possível chegar a um acordo entre estes e que a resolução do litígio terá de ser decidida por meio judicial. Este processo pode ser iniciado quer pela Junta de Freguesia quer pelos populares e que a Junta de Freguesia está a recolher pareceres de organismos Nacionais, como a DGAL e a ANAFRE, para saber se pode custear os honorários de um advogado que represente a população nesta ação judicial. Tem noção que este será um processo judicial longo e que o ideal era se ter chegado a um acordo, mas como o carreiro não está cadastrado terá de haver uma decisão judicial para atribuir o domínio público. Solicitou a opinião dos Membros da Assembleia sobre este processo e se a Junta de Freguesia deverá assumir o processo judicial ou se deve custear os honorários de um advogado numa ação popular.
A Membro da Assembleia Mafalda Taborda questionou se os terrenos são rurais, se não são edificáveis e se tem a servidão de passagem ou o carreiro registado. Na sua opinião, sobre se a Junta de Freguesia deve ou não custear os honorários de um advogado para iniciar uma ação popular, considera que a Junta de Freguesia caso os pareceres solicitados apontem no sentido de a pretensão ter provimento deve interpor e suportar os custos da respetiva ação em defesa da população, para a qual tem legitimidade.
O Presidente da Junta esclareceu que os terrenos são florestais, que não se pode construir e que o caminho só está cadastrado na Rua 8 de Dezembro até ao limite destes terrenos. Disse ainda que o proprietário alegou que fechou o carreiro porque queria colocar animais à solta no terreno e porque, como existe muito arvoredo, tem receio que as pessoas ao passar tenham algum descuido e possam causar um incêndio florestal.
O Presidente da Mesa Vitor Mota interveio para esclarecer que esta situação tem outros problemas como as linhas de água e a unificação de terrenos adquiridos.
O Membro da Assembleia João Damião pediu a palavra para reforçar que esta situação se deve à unificação dos terrenos, entretanto adquiridos, porque a população passava nas extremas dos terrenos confinantes.

O Tesoureiro da Junta Augusto Henriques pediu a palavra para explanar que este carreiro era considerado como caminho a pé posto, mas que esta atribuição foi abolida nos anos oitentas e que agora para serem válidos terá de se provar o seu uso imemorial e a sua necessidade. Relatou que desde que tem memória, ele e os seus familiares, assim como os seus vizinhos e a população residente na zona, sempre passaram por aquele carreiro para ir para a praia e para o portinho de Porto das Barcas e que a alternativa implica uma maior distância para fazer a pé.
O Presidente da Junta Pedro Margarido agradeceu as intervenções e disse que o executivo iria aguardar pelos pareceres para deliberar. Transmitiu depois à Assembleia de Freguesia a sua preocupação com o projeto de recuperação das escadas de Porto das Barcas, projeto aprovado no âmbito do orçamento participativo em 2014 e que ainda não tem a autorização da entidade Nacional responsável, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente - para a sua concretização. Relatou que há dois anos houve uma reunião no local entre as proponentes do projeto e a Comissão Técnica do Orçamento Participativo em que alguns membros desta comissão disponibilizaram-se a realizar um parecer técnico para contrapor a decisão da APA e que, apesar de vários "emails" da Junta de Freguesia, até à data este ainda não foi entregue. Disse que estando na posse deste parecer tomará todas as diligências e está disponível para marcar reunião na APA para tentar desbloquear esta situação e repor as escadas de acesso a Porto das Barcas.
O Membro da Assembleia Pedro Silva pediu informações sobre a limpeza do Rio Grande, sobre a colocação de cinzeiros de beatas na via pública e sobre a limpeza de sinais turísticos e informativos.
O Membro da Assembleia Joel Quintino solicitou a realização de mais uma desinfestação das ruas tendo em consideração o período de pandemia que ainda se vive e pediu a alteração da cor de um foco de iluminação pública na Avenida de Angola, no cruzamento com a Rua Dr. José Carvalho, por causa de esta estar situada junto a uma passadeira de peões e a sua cor não permite uma boa visibilidade dos peões, à noite.
O Presidente da Junta Pedro Margarido respondeu ao Membro Pedro Silva que também está preocupado com a limpeza das linhas de água e que tem abordado este assunto em reuniões da Assembleia Municipal e em reuniões com o Executivo da Câmara Municipal. Tem conhecimento que uma candidatura realizada pela Câmara Municipal no valor de duzentos mil euros foi chumbada. Nesta altura não tem mais informações e aguarda que a Câmara Municipal encontre outras soluções de financiamento para realizar a breve prazo a limpeza das linhas de água nomeadamente do Rio Grande, do Rio do Toxofal e do Rio de Águas de Mouros. Sobre os cinzeiros para beatas na via pública disse que a Junta de Freguesia está disponível para adquirir uma quantidade de acordo com as necessidades, mas quer que seja definido um modelo comum e prático entre o Município e as Juntas de Freguesia. Não está na alçada da Junta de Freguesia, mas julga que em breve haverá decisões relativamente ao modelo a adotar para os espaços públicos. No que concerne à sinalização turística e informativa está programada realizar a sua limpeza e a reparação das danificadas durante o próximo mês de outubro. Em resposta ao Membro da Assembleia Joel Quintino informou-o que a Junta de Freguesia, em colaboração com a Câmara Municipal, realizou há pouco tempo, há cerca de quinze dias, mais uma desinfeção das ruas. Explicou que a Junta de Freguesia adaptou um tanque com capacidade para três mil

litros para realizar esta tarefa e ainda para a desinfeção de contentores de resíduos sólidos urbanos. Sobre o foco de iluminação pública disse que já foi reclamado à EDP, embora o foco seja da responsabilidade da Câmara Municipal, por ser uma candeeiro a led, mas a avaria é devido a um problema na linha de fornecimento de energia da responsabilidade da EDP. O candeeiro está aceso, mas com fraca intensidade devido a esta avaria.
O Secretário da Junta Fernando Ferreira pediu a palavra para transmitir que situação dos cinzeiros na via pública está em parte pendente por ainda não ter sido regulamentado pelo Governo os incentivos e as campanhas de sensibilização através do fundo ambiental.
Não havendo mais pedidos de intervenção ou de esclarecimentos sobre este ponto o Presidente da Mesa da Assembleia Vítor Mota questionou o técnico da Junta de Freguesia de apoio à reunião da Assembleia de Freguesia se havia alguma mensagem ou pedidos de esclarecimentos do público. Não havendo mais assuntos a serem discutidos deu por encerrada a reunião, quando eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e, por mim, que a subscrevo.

A secretária: Maria da Graça Silva Santos Guerra

Maria da Graça Silva Santos Guerra

O Presidente: Vítor Miguel Mota Cruz